

## Relatório de participação no Encontro Público da ICANN

### ICANN 59 – Joanesburgo – 26 a 29/06/2017

Conselheiro Flávio Rech Wagner

Representante da comunidade científica e tecnológica

*Nota: Esse relatório não tem por intenção cobrir toda minha participação no encontro de Joanesburgo, nem todos os temas relevantes discutidos nas sessões das quais participei. Ênfase foi dada aqui apenas a alguns temas e sessões por mim escolhidos e cuja inclusão nesse relatório julguei mais oportuna, evitando em parte potenciais superposições com relatórios elaborados por outros conselheiros e pela assessoria. No Anexo 1 encontra-se a relação completa das sessões das quais participei.*

#### 1. Uso de nomes geográficos e de códigos de países em futuras rodadas de novos gTLDs

O uso de nomes geográficos e de códigos de países de duas ou três letras em possíveis futuras rodadas de novos gTLDs foi certamente o tema mais polêmico do encontro de Joanesburgo, sendo tratado em duas sessões plenárias intercomunitárias (“cross-community”) e em múltiplas reuniões dos diversos grupos da ICANN (em particular reuniões do GAC, GNSO e ccNSO). Papel importante em tais discussões tiveram Jeff Neumann e Avri Doria, coordenadores do “New gTLD Subsequent Procedures Policy Development Process (PDP) Working Group”, o grupo de trabalho da GNSO encarregado de desenvolver políticas relacionadas a possíveis futuras rodadas de novos gTLDs<sup>1</sup>. Embora esse GT esteja se debruçando sobre diversos outros temas de relevância para futuras rodadas de novos gTLDs, num trabalho dividido em quatro diferentes trilhas, apenas as questões relacionadas ao uso de nomes geográficos e códigos de países e territórios ganharam destaque em Joanesburgo. A partir de trabalhos já desenvolvidos no escopo deste GT, em particular dois *webinars* com participação das partes interessadas, Jeff Neumann e Avri Doria fizeram uma proposta inicial (indicada como “strawperson”) relacionada ao uso de nomes geográficos e códigos que reuniria as diversas sugestões recebidas antes do encontro de Joanesburgo<sup>2</sup>. A proposta foi apresentada e discutida em reuniões da GNSO e do GAC e também nas duas sessões plenárias intercomunitárias.

Segundo tal proposta, (i) continuariam valendo as restrições já existentes no *Applicant Guidebook* de 2012 (AGB-12), utilizado na primeira rodada de novos gTLDs, para o uso de códigos de duas letras, (ii) códigos de três letras correspondentes a códigos de países ou territórios contidos na tabela ISO-3166 seriam liberados para novos gTLDs, a menos que a intenção do uso fosse de fato de natureza “geográfica”, e nesse caso precisaria haver consentimento (ou não objeção) do país correspondente, e (iii) a mesma regra acima referente a códigos de três letras também se aplicaria a nomes geográficos constantes da tabela ISO-3166. Além disto, seria constituído um Repositório de Nomes Geográficos, a partir de indicações ilimitadas de nomes feitas pelos governos nacionais. Havendo aplicação de novo gTLD para *string* contida nesse Repositório, e tendo esse uso uma “intenção geográfica”, o país precisaria dar explicitamente seu consentimento (ou não objeção). Não havendo “intenção geográfica”, o requerente precisaria obter tal consentimento (ou não objeção) ou, alternativamente, poderia submeter um “geo-PIC” (“*geographical Public Interest Commitment*”), declaração na qual se comprometeria a evitar qualquer uso indevido do

---

<sup>1</sup> Páginas do Grupo de Trabalho estão em <https://gns0.icann.org/en/group-activities/active/new-gtld-subsequent-procedures> e em <https://community.icann.org/display/NGSPP/New+gTLD+Subsequent+Procedures+PDP+Home>

<sup>2</sup> Esta proposta inicial pode ser encontrada em <https://docs.google.com/document/d/1m69loOZthxQdcCj1dIUJLkezQXr9rwGxXrechdFv1Y/edit?usp=sharing>

domínio que induza falsamente os usuários a acreditarem que existe uma conexão entre o gTLD e o termo geográfico.

Esta proposta gerou um debate acalorado durante as diversas sessões do encontro de Joanesburgo que trataram do assunto, opondo principalmente governos de diversos países, entre eles o Brasil, e representantes de diversos setores reunidos na GNSO. Também na ccNSO ouviram-se vozes solicitando o impedimento de uso por gTLDs de códigos de três letras da tabela ISO-3166, que deveriam ser delegados aos respectivos ccTLDs.

Houve grande polêmica em torno do conceito de “intenção geográfica” e da proposta de “geo-PIC”, que, na visão de governos, seriam excessivamente vagos e de muito difícil verificação, além de colocarem sobre os países a responsabilidade pelo seu controle e acompanhamento, especialmente porque problemas ocorreriam principalmente em domínios de segundo nível, fora do controle do *registry* do gTLD.

Na visão dos setores reunidos na GNSO, não existiria legislação internacional que dê proteção a nomes geográficos no contexto de nomes de domínio e qualquer limitação nesse sentido poderia ser interpretada como restrição à liberdade de expressão, numa perspectiva obviamente alinhada a uma visão liberal do mercado, aliás defendida com veemência até por representantes da NCUC, como Milton Mueller e Robin Gross. No entanto, como exemplificou Thomas Schneider, coordenador do GAC, na legislação suíça existe uma proteção explícita contra o registro de nomes de cidades. Assim, a proposta da GNSO estaria tentando impor a visão de direitos de propriedade intelectual de alguns países, como os Estados Unidos, sobre todos os demais países.

Também foi alegado pela GNSO que a proteção a nomes geográficos teria sido introduzida no AGB-12, utilizado na primeira rodada de novos gTLDs, apenas por pressão do GAC, não fazendo parte das políticas propostas pela GNSO, e que para uma próxima rodada de novos gTLDs precisaria haver alguma nova solução de compromisso. Avri Doria lembrou, ainda, que não existiria “*advice*” formal do GAC, aceito pelo *Board*, que estabelecesse que nomes geográficos não estariam dentro do “espaço” dos gTLDs. Ficou claro que existe uma disputa entre visões diferentes sobre os limites dos “espaços de domínios” reservados a ccTLDs e a gTLDs e que a decisão a esse respeito é, e continuará sendo, de natureza essencialmente política, e não técnica. Aliás, Jeff Neumann, em reunião da GNSO, mencionou que a ccNSO teria tentado liderar um PDP específico sobre nomes geográficos e códigos de três letras, do qual o GAC queria participar. Demi Getschko confirmou, em informação pessoal, que a ccNSO teria bloqueado um PDP específico sobre o tema que ocorreria sob liderança da GNSO, embora o PDP proposto pela ccNSO também não tenha avançado, o que demonstra um impasse na solução desse conflito de competências. Na prática, no entanto, o PDP mais amplo da GNSO sobre futuras rodadas de novos gTLDs acabou incorporando os temas de nomes geográficos e de códigos de duas e três letras.

Diversos membros do GAC constataram a ausência de razões claramente identificadas que justifiquem uma proposta de mudança das regras já estabelecidas no AGB-12 a respeito de nomes geográficos e códigos de países e territórios, utilizando uma das máximas da Internet: “se algo não está quebrado, não tente consertá-lo” (“*if it ain't broke, don't fix it*”). A esse respeito, Avri Doria argumentou que, embora não exista decisão prévia de que o AGB-12 precise ser modificado, estaria no escopo do grupo de trabalho da GNSO a revisão do mesmo.

A propósito dessa observação de Avri Doria, no entanto, deve ser lembrado que o *charter* desse GT foi definido pelo Conselho da GNSO, sem envolvimento das demais SOs e ACs. Oponentes da proposta lembraram, justamente, que o GT criado para definição de políticas para possíveis futuras rodadas de novos gTLDs foi criado pela GNSO e é por ela controlado (por exemplo submetido a decisões do Conselho da GNSO), aliás como ocorre com todos os PDPs

relativos a gTLDs. Isto reduziria substancialmente a capacidade de participação e influência de setores reunidos no GAC, ccNSO e ALAC, por exemplo.

Como tentativa de encontrar uma solução de compromisso para a continuidade da discussão, Jeff Neumann e Avri Doria propuseram a criação de uma quinta trilha dentro do GT, destinada especificamente à discussão de nomes geográficos e códigos de países e territórios, e que teria uma liderança compartilhada entre GNSO, GAC, ccNSO e ALAC. Segundo eles, as regras de funcionamento dos PDPs seriam suficientemente flexíveis para que essa trilha operasse de uma maneira bastante similar a um verdadeiro CCWG (*"Cross-Community Working Group"*). Mesmo assim, foi lembrado por Alan Greenberg, coordenador do ALAC, que essa continuaria sendo apenas uma trilha dentro do GT, sem nenhuma garantia de que suas conclusões seriam incorporadas sem alterações posteriores na proposta final a ser aprovada pelo Conselho da GNSO, ao contrário de um CCWG, cujas conclusões precisam ser formalmente referendadas por todas as SOs e ACs participantes. Jorge Cancio, do governo suíço, acrescentou que a discussão já parte da suposição inicial de que o assunto encontra-se dentro do escopo e competência da GNSO, o que está sendo contestado por outros grupos dentro da ICANN.

Apesar dos diversos pedidos de membros do GAC para que o assunto fosse tratado com muito mais cautela, inclusive questionando-se algumas premissas para o trabalho do GT, ao final do encontro de Joanesburgo ficou a forte impressão de que o GT continuaria sua atividade na mesma direção já definida, apenas com abertura para a criação da trilha adicional acima referida e com o convite para uma liderança compartilhada dessa trilha com o GAC, a ccNSO e o ALAC. Segundo o cronograma previsto para o GT, que estaria mantido, uma proposta final deveria estar aprovada até o encontro ICANN 61, em março de 2018.

## 2. Uso de códigos de duas letras no segundo nível dos novos gTLDs

Ainda como repercussão de fatos trazidos à discussão no encontro anterior da ICANN, em Copenhague, continuaram especialmente no GAC os debates sobre a decisão tomada pelo *Board* da ICANN em novembro de 2016, liberando o registro de códigos de duas letras no segundo nível dos novos gTLDs. Essa decisão seria contrária a acordo anterior feito entre o GAC e o *Board*, segundo o qual os países eram classificados em três categorias<sup>3</sup>: 1) os países que exigiam ser consultados, em todos os casos, possivelmente junto com o operador do ccTLD respectivo (caso este manifestasse esse desejo), para possivelmente autorizar o uso do código correspondente ao país no segundo nível de um novo gTLD; 2) os países que exigiam ser consultados apenas no caso de solicitações vindas de gTLDs "de propósitos gerais", mas não no caso de *"brand gTLDs"* (o Brasil estava nesse segundo caso); e 3) os países que deram uma autorização irrestrita, sem necessidade de consulta prévia. Após uma solicitação do *registry* de um novo gTLD, a consulta seria encaminhada ao GAC e, através deste, ao país e possivelmente ao operador do ccTLD respectivo. A partir de novembro de 2016, no entanto, a ICANN teria entendido que não havia mais necessidade de tal consulta aos países, alegando que esse seria um passo natural e já previsto em um processo de implementação progressiva dos novos gTLDs.

Em Joanesburgo, continuaram os protestos de diversos membros do GAC em relação a essa mudança na política da ICANN, reafirmando-se que ela ocorreu sem aviso prévio ao GAC e quebrando a necessária confiança mútua entre as partes. Houve proposta de criação de uma *"task force"* dentro do GAC (inclusive estendendo-a talvez para participação de outras

---

<sup>3</sup> Ver a tabela de países, segundo as três categorias, em <https://gacweb.icann.org/display/gacweb/Country+and+Territory+Names+as+second-level+domains+in+new+gTLDs+requirements+for+notification+list>

*constituencies*) para tratar do assunto, embora países como Estados Unidos e Reino Unido tenham se oposto a tal proposta, pois, no seu entendimento, as críticas estavam restritas a um conjunto específico de países e não deveriam gerar um processo envolvendo todo o GAC.

No domingo à noite, antes do início do encontro da ICANN, conselheiros e assessores do CGI, além do Embaixador Benedicto Fonseca e do Conselheiro Thiago Jardim, do MRE, estiveram reunidos com Akram Atallah, a pedido deste. Akram é Diretor da GDD (*Global Domains Division*) da ICANN, responsável pela gestão dos novos gTLDs, e solicitou a reunião para prestar informações e trocar ideias sobre a utilização do .br no segundo nível dos novos gTLDs. Akram trouxe uma lista de várias dezenas de novos gTLDs que já delegaram o uso do .br no segundo nível, afirmando que seria interesse da ICANN manter o Brasil sempre informado sobre tais delegações. Segundo ele, em qualquer caso que o Brasil considere estar havendo utilização indevida do .br nestas situações, a ICANN estaria aberta, através de seus mecanismos regulares, a receber e tratar a reclamação. Tal situação, obviamente, coloca sobre o Brasil a responsabilidade pela monitoração do uso do .br, o que seria bastante custoso e, na prática, inviável. A delegação brasileira reforçou sua posição de que a ICANN havia abandonado, sem aviso prévio, em novembro de 2016, a política anterior de consultar o governo e/ou o administrador do ccTLD respectivo sempre que um novo gTLD solicitasse autorização para utilização do código correspondente do país no segundo nível. Akram alegou que tal mudança na política já estaria prevista, numa progressão de fases de implementação dos novos gTLDs, sendo a consulta aos países e/ou ccTLDs substituída por promessa de medidas mitigatórias, conforme estabelecido nos contratos com os *registries*. A reunião se encerrou sem nenhuma aproximação entre as partes, tendo servido apenas para manter abertos os canais de diálogo.

### **3. Empowered Community**

Conforme novo o novo estatuto da ICANN, resultante da transição da supervisão das funções IANA, foi criada, como medida adicional de “*accountability*”, uma nova instância acima do *Board*, que pode ser acionada pela comunidade para questionar e alterar decisões do *Board* e até mesmo para provocar a demissão de um ou mais membros do *Board*. Tal instância é denominada *Empowered Community*<sup>4</sup> (EC) e conta com representações de cinco SOs e ACs da ICANN: GNSO, ccNSO, ASO, GAC e ALAC.

Em Joanesburgo, pela primeira vez ocorreu reunião da EC para tratar de um assunto concreto, dentro de suas atribuições. Conforme previsto no novo estatuto, como parte de seu processo de decisão a EC deve realizar reunião pública para discussão de assuntos a serem por ela decididos, o que ocorreu na quarta-feira pela manhã. Após tais reuniões públicas, cada uma das SOs e ACs têm até 21 dias para tomar uma decisão formal a respeito do assunto em pauta. No caso em particular, a EC foi chamada a se manifestar sobre uma alteração no estatuto segundo a qual será criado um novo comitê dentro do *Board*, a ser denominado *Board Accountability Mechanisms Committee*, que tratará todos os pedidos de reconsideração feitos pela comunidade e que estejam relacionados aos novos mecanismos de *accountability* implementados após a transição da supervisão das funções IANA. No momento, tais pedidos estavam sendo tratados pelo já existente *Board Governance Committee*, que, no entanto, já tem um conjunto amplo de outras responsabilidades e se sentiu sobrecarregado com essa nova tarefa. Pelo novo estatuto da ICANN, esse tipo de proposta de mudança de estatuto precisa de votos favoráveis de pelo menos três SOs ou ACs e pode ter no máximo um voto contrário. Aparentemente, no entanto, essa alteração específica proposta no estatuto é

---

<sup>4</sup> Informações sobre a estrutura e funcionamento da *Empowered Community* podem ser encontradas em <https://www.icann.org/ec>.

consensual e não gerará polêmicas entre as SOs e ACs. Outros tipos de decisões a serem tomadas pela *Empowered Community*, consideradas de maior impacto, exigem combinações mais rigorosas de votos, chegando ao consenso absoluto, num processo de “escalamento” progressivo com sete passos consecutivos, conforme detalhado no estatuto.

Se, por um lado, a proposta de alteração no estatuto especificamente colocada para apreciação da EC em Joanesburgo não carregava polêmica, por outro lado a participação do GAC na EC gerou bastante discussão em duas reuniões agendadas naquele comitê para discussão deste novo mecanismo, na segunda e na quinta-feira. Foram propostos e discutidos diversos princípios para a atuação do GAC junto à EC. Foi discutido, por exemplo, se o voto do GAC na EC poderia ser exercido apenas quando o GAC chegasse a um “*consensus advice*” (consenso total, sem nenhuma objeção formal de algum país), ou se um “*advice*” sem consenso (amplo acordo, mas com uma ou mais objeções) já poderia servir de base para esse voto. Foi também discutido quantas objeções no máximo seriam aceitáveis para que o GAC considerasse que poderia aprovar um “*advice*” capaz de sustentar o voto do GAC na EC. O Embaixador Benedicto Fonseca, por exemplo, argumentou que cinco ou seis objeções dentre mais de 100 países-membro do GAC não deveriam impedir o GAC de exercer seu voto dentro da EC. Em resposta, o coordenador do GAC, Thomas Schneider, da Suíça, sugeriu que o limiar aceitável de objeções dentro do GAC para a aprovação de um “*advice*” a ser levado à EC poderia ser variável, dependendo da etapa do processo de escalamento antes referido. Segundo proposta inicial da liderança do GAC, o consenso absoluto seria exigido para que o GAC pudesse exercer seu voto a partir do quarto passo do processo de escalamento da EC. Numa outra linha de discussão, países como os Estados Unidos, Canadá e Noruega alegaram que o GAC só deveria participar de votações na EC quando o assunto tivesse claramente implicações para políticas públicas sob responsabilidade dos governos. Não houve nenhuma decisão formal do GAC a respeito desses assuntos, que voltarão à pauta no próximo encontro da ICANN, em Abu Dhabi.

Também foi discutida em Joanesburgo a indicação de representantes das SOs e ACs na *Empowered Community Administration*, uma coordenação colegiada da EC com cinco membros, com funções meramente administrativas<sup>5</sup>. Nas sessões das quais participei, no GAC e na GNSO, foi confirmado que os seus coordenadores, atualmente Thomas Schneider (GAC) e James Bladel (GNSO), serão os representantes respectivos junto à *EC Administration*.

#### 4. GDPR

Na terça-feira foi realizada sessão plenária intercomunitária para discussão do impacto potencial sobre a ICANN da nova Regulação Geral de Proteção de Dados<sup>6</sup> (GDPR, na sigla em inglês) que entrará em vigor na Comunidade Europeia (CE) em 2018. A GDPR harmoniza as legislações nacionais dos países da CE de forma a proteger a privacidade de dados de todos os cidadãos europeus, sendo relevante para toda pessoa ou entidade que processe dados pessoais de residentes na CE. A GDPR cobre diferentes tipos de direitos: direito à informação, direito ao acesso a informações pessoais, direito à retificação de dados, direito ao esquecimento, direito à restrição ao processamento de dados pessoais, direito à portabilidade de dados pessoais para outro provedor, e direito à objeção a dados.

A sessão foi iniciada com uma apresentação sobre a GDPR, feita por representante da CE, incluindo os diversos tipos de direitos, as definições básicas da Regulação, os principais atores envolvidos na mesma, os princípios para processamento de dados pessoais e a estrutura de governança na Comunidade Europeia para tratamento do assunto. Seguiu-se apresentação do

---

<sup>5</sup> Ver em <https://www.icann.org/resources/pages/ec-administration-2017-05-25-en>.

<sup>6</sup> Ver GDPR em <http://www.eugdpr.org>.

*Chief Privacy Officer* de um *registry*, esclarecendo que os contratos entre a ICANN e os registries fazem referência à coleta de mais de 60 elementos de dados, todos os quais podem potencialmente ser considerados “dados pessoais”. Ele detalhou também “testes de proporcionalidade” que precisam ser feitos para identificar se a guarda e o processamento de determinados dados atendem interesses legítimos. Em nome da ICANN, Theresa Swinehart informou que um grupo de trabalho foi criado para identificar questões relevantes surgidas no contexto da aplicação da GDPR, mas sem apresentar informações mais concretas. Durante o debate com a audiência, Göran Marby, CEO da ICANN, informou que a entidade está nomeando um *Chief Data Privacy Officer*, que seria alguém que conheceria profundamente as informações coletadas pela entidade. O debate não avançou muito e imagina-se que o assunto voltará a ser pauta importante de futuros encontros da ICANN.

## 5. Prioridades da ICANN

Na quarta-feira foi realizada sessão plenária intercomunitária intitulada “Quem define as prioridades da ICANN?”. Na prática, no entanto, a discussão girou muito mais em torno da forma pela qual as prioridades da ICANN são definidas. Como motivação para o debate, havia a constatação da diversidade de prioridades entre os diversos atores da ICANN – *Board*, *staff* e diferentes agrupamentos da comunidade nas SOs e ACs. A isto se soma o excesso de prioridades, que provocam grande carga de trabalho para voluntários e pressão sobre o *staff*.

Várias constatações emergiram do debate. A primeira delas é que, formalmente, a ICANN possui prioridades coletivas que estão definidas nos seus planos estratégico e operacional quinquenais, que são definidos pela comunidade multissetorial reunida na entidade, inclusive através de consultas públicas, e que condicionam especialmente o trabalho do *Board* e do *staff*. Consistentemente com esses planos, a entidade também aprova planos financeiros quinquenais. Como mencionado pelo CEO Göran Marby durante o debate, prioridades são realmente estabelecidas na medida em que recursos financeiros são efetivamente alocados para determinadas atividades.

No entanto, constata-se que, em paralelo às prioridades coletivas acima referidas, cada uma das SOs e ACs tem suas próprias prioridades, muitas vezes não definidas formalmente, mas simplesmente evidenciadas pelas atividades em andamento e para as quais são alocados recursos humanos (geralmente voluntários) e financeiros. Especialmente de representantes do GAC e do ALAC ouviu-se a queixa da escassez de recursos e de voluntários para cobrir a multiplicidade de temas que poderiam interessar a esses comitês. No caso do GAC, o coordenador Thomas Schneider lembrou que, ao contrário de empresas, governos não podem contratar especialistas para tratarem de seus temas de interesse na ICANN. Alan Greenberg, coordenador do ALAC, admitiu que seu comitê age de forma apenas reativa a propostas vindas de fora, especialmente da GNSO, e que muitas vezes certos temas simplesmente não são tratados (“*we are blown by the wind*”, nas palavras dele). Ele disse que seria interessante que a GNSO, ao estabelecer suas prioridades, procurasse verificar se as demais organizações e comitês da ICANN estariam em condições de participar dessas atividades. Filiz Yilmaz, coordenadora da ASO, também admitiu que sua organização dedica-se principalmente a temas trazidos de fora. Patrick Fältström, coordenador do SSAC (“*Security and Stability Advisory Committee*”), afirmou que os ACs não precisariam acompanhar PDPs em sua totalidade, apenas as partes que fossem relevantes para cada comitê. Ele admitiu que caberia às SOs a definição de prioridades, enquanto os ACs participariam na medida do necessário. Já a ccNSO e a GNSO afirmaram que definem suas próprias agendas prioritárias, mesmo que a ccNSO tenha admitido que o número de voluntários é pequeno, existindo um “comitê de triagem” no Conselho da ccNSO que decide se um determinado tema deve ser ou não levado em

consideração. Dentro da GNSO, admite-se que as diversas *constituencies* nela reunidas têm prioridades próprias distintas e que é difícil chegar a um acordo sobre prioridades comuns.

De maneira até um pouco surpreendente, houve uma manifestação consensual de membros do *Board*, como Steve Crocker e Cherine Chalaby, de que não caberia ao *Board* o estabelecimento de prioridades globais para a entidade, a partir das diversas prioridades propostas pelas diferentes partes, pois isto equivaleria a impor prioridades às SOs e ACs de uma forma *top-down* que seria indesejável. À primeira vista, esta posição parece contradizer a missão de Conselho de Administração que é comum nas corporações. Steve Crocker alegou que, mesmo reunindo um conjunto diverso de especialistas, o *Board* estaria competindo com os diversos grupos no estabelecimento de prioridades.

Concluindo a sessão, Thomas Schneider constatou que a carga de trabalho da ICANN é grande demais e que as prioridades são estabelecidas principalmente pelas SOs, cabendo aos ACs acompanhar as atividades. Mas sustentou que o *Board* deveria assegurar a existência de um processo adequado para a definição das prioridades globais, com participação intercomunitária. Ele também defendeu barreiras mais baixas para a participação de voluntários, já que os processos da ICANN são extremamente complexos e acabam limitados a um número restrito de pessoas capazes de compreendê-los de forma abrangente e adequada.

## 6. CCWG em Governança da Internet

Na terça-feira ocorreu sessão de trabalho interna do CCWG (*Cross-Community Working Group*) em Governança da Internet (CCWG-IG)<sup>7</sup>. Dentro do novo modelo de encontros da ICANN, esse encontro de Joanesburgo foi um “*policy forum*”, dedicado principalmente a reuniões internas de trabalho dos diversos grupos. Assim, o CCWG-IG não teve, em Joanesburgo, reunião pública para relatos dos diversos eventos e fóruns importantes na área da Governança da Internet que podem ter relevância para a atuação da ICANN, como havia ocorrido, por exemplo, em Copenhague.

Em troca, o CCWG-IG discutiu sua missão e sua relação com o GT do *Board* que também trata de Governança da Internet, o BWG-IG (*Board Working Group on Internet Governance*), coordenado por Markus Kummer. Este último foi criado para aconselhar o *Board* em relação ao envolvimento da ICANN em atividades do ecossistema internacional de Governança da Internet, sempre dentro da missão da ICANN e a serviço de seu plano estratégico. Já o CCWG-IG, como diz o nome, é um GT intercomunitário, criado originalmente para preparar contribuição da ICANN para o evento NETmundial e que, desde então, tem atuado como espaço para relatos sobre outros eventos e fóruns da Governança da Internet que possam ser relevantes para a comunidade reunida na ICANN. O CCWG-IG também tem servido como interface entre o BWG-IG e as comunidades das diferentes SOs e ACs. Ele também tem elaborado propostas de atividades da ICANN a serem conduzidas durante o IGF.

Como em reuniões anteriores do CCWG-IG, mais uma vez foram levantados questionamentos sobre a conveniência de sua existência. Especialmente nos Conselhos da GNSO e da ccNSO existem restrições ao *charter* desse WG, que não segue as normas gerais estabelecidas para os demais CCWGs e que não teria uma missão claramente definida. Em particular, o CCWG-IG não tem um prazo pré-estabelecido para a conclusão de alguma tarefa bem delimitada. Ao contrário, ele atua como um grupo permanente, mais similar aos “*standing committees*” da ICANN. Também existem divergências quanto aos assuntos a serem tratados pelo CCWG-IG. Enquanto de um lado houve a defesa de sua limitação a assuntos

---

<sup>7</sup> Ver página do CCWG-IG em <https://community.icann.org/pages/viewpage.action?pageId=43984275>.

técnicos claramente identificados com a missão da ICANN, de outro lado foi referido que a ICANN não se envolve apenas com questões técnicas e que não deveria deixar de participar de outros fóruns políticos, como forma de reforçar a necessária vinculação entre os assuntos técnicos e as políticas públicas.

Um pequeno espaço foi concedido ao final da reunião para Chengetai Masango, do Secretariado do IGF, que fez um relato sobre o planejamento do IGF 2017, mencionando, entre outros aspectos, as reuniões do MAG, a seleção de workshops e os trabalhos intersessionais. Foi informado que o workshop proposto pela ICANN foi aceito para realização no IGF deste ano.

## **7. NRIs**

Como em oportunidades anteriores, Marilyn Cade organizou reunião paralela de representantes de diferentes NRIs (*National and Regional IGFs*) presentes ao encontro da ICANN. Cerca de 25 pessoas compareceram à reunião, representando IGFs de países como Brasil, Armênia, Albânia, Namíbia, Guatemala, Congo, Quênia, Zâmbia, Japão, Uruguai, Senegal e Afeganistão. Também esteve presente Chengetai Masango, do Secretariado do IGF. Além de relatos dos diferentes NRIs e da troca de informações, diversas questões foram tratadas, tais como as dificuldades de financiamento de muitos IGFs nacionais, as dificuldades de financiamento da participação de representantes dos NRIs no IGF global e o espaço a ser oferecido aos NRIs dentro da programação do IGF global. A assessoria do CGI aproveitou a oportunidade para fazer breve relato do seu bem sucedido programa de apoio à participação de jovens no IGF, em seus diversos âmbitos (global, regional e nacional).



## **Anexo 1. Sessões e reuniões das quais participei durante o encontro de Joanesburgo**

### **Domingo**

- (reunião paralela) Reunião com Akram Atallah, Diretor da GDD da ICANN

### **Segunda-feira**

- GNSO Working Session
- GAC session on the implementation of the new bylaws
- GAC session on 2-character country codes as second level domains
- GAC session on the CCT review and update
- GAC session on the IGO / Red Cross Protections Update
- Cross-Community Discussion on Next-Generation on gTLD Registration Directory Services (RDS) Policy Requirements
- Joint meeting ccNSO Board – GNSO Board

### **Terça-feira**

- Empowered Community's Cross Community Forum on Proposed Fundamental Bylaws Amendments
- GAC Underserved Regions WG session
- GAC preparation for meeting with the Board
- GAC and ALAC meeting
- CCWG on Internet Governance F2F meeting
- GAC and ccNSO meeting
- GAC Working Group on the Protection of Geographic Names in Future Rounds of New gTLDs
- GDPR and its potential impact: looking for practical solutions
- (reunião paralela) Encontro com representantes do Conseil Numérique da França
- Cross-community discussion – Geographic names at the top level – session 1

### **Quarta-feira**

- GAC session on new gTLD policies
- GAC meeting with the Board
- GAC meeting to discuss CCWG Accountability WS2 matters
- GAC and GNSO meeting
- Operational side of ICANN's OPS plan and budget
- Who sets ICANN's priorities

### **Quinta-feira**

- (reunião paralela) Meeting of the NRIs
- GAC session on the implementation of the new Bylaws (Session 2)
- Board-GAC Recommendation and Implementation WG session
- GNSO wrap-up session
- Cross-community discussion – geographic names at the top level - session II